

Instituto Socioambiental

fonte: A Gritica

class.: 47

data: 28/03/95

pg.: 03

ZONEAMENTO

Participação do FNDS no sistema é estranho

BRASÍLIA — Uma obscura negociação, conduzida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos no ano passado, privatizou um dos mais importantes programas ambientais brasileiros. Em convênio assinado em julho, o almirante Mário César Flores, então chefe da SAE, entregou à Fundação Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (FNDS), uma Organização não-governamental (Ong) dirigida por empresários, e à Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Especial (Funcate) a responsabilidade de reordenar o programa de zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal, ponta de lança de um megaprojeto que pretende vincular o crescimento econômico à realidade ambiental do País.

A primeira etapa do zoneamento da Amazônia Legal, que será refeita pela FNDS, foi executada pelo IBGE. Ao tomar conhecimento dos termos do convênio, o chefe da Divisão de Recursos Naturais do instituto, Trento Natal Filho, mostrou-se surpreso. 'É estranho', reagiu. Ele tem dúvidas se a FNDS dispõe da mesma equipe técnica, com especialistas em geologia, biologia, engenharia florestal, biologia e outras áreas de excelência, e do mesmo acervo utilizados pelo IBGE na elaboração de um diagnóstico sobre a região.

Embora existam dezenas de Ongs empenhadas na preservação dos recursos naturais da Amazônia, a SAE dispensou o processo de licitação para contratar as duas entidades. Em despacho publicado no 'Diário Oficial' de 10 de agosto do ano passado, o almirante Flores justificou que a FNDS e a Funcate são 'instituições brasileiras incumbidas de pesquisa e desenvolvimento institucional'. Não há referência sobre o valor do convênio, 'a ser definido em termos aditivos', mas a primeira etapa rendeu ao IBGE um contrato de US\$ 1,5 milhão.

Apesar da especialização atribuída pelo governo, a FNDS pretende reordenar o trabalho executado pelo IBGE com os próprios técnicos do instituto, criando uma situação que levará o governo a pagar duas vezes a seus servidores pelo mesmo serviço. Na semana passada, indagada pela 'Agência Estado' se funcionários do IBGE já estavam trabalhando para a FNDS, a secretária da fundação respondeu que 'ainda não'.

O presidente da FNDS, Israel Klabin, não gosta de falar sobre o assunto. Irritado, ele excluiu o zoneamento ecológico-econômico da lista

dos principais projetos desenvolvidos pela fundação.

'Existem problemas políticos envolvendo o assunto e não quero falar sobre isso', desconversou. Empresário e ex-prefeito do Rio, Klabin fez questão de frisar, contudo, que a FNDS não é uma instituição empresarial, não tem fins lucrativos e só atende ao governo quando é acionada. 'Tenho toda a liberdade para afirmar isso, porque abandonei todas as minhas atividades empresariais desde que me tornei um ambientalista'.

Criada há três anos, pouco antes da Rio-92, a FNDS se apresenta como uma entidade empenhada em 'contribuir para a viabilização técnica e econômica de projetos que compartilhem os conceitos básicos de desenvolvimento econômico e social com preservação e recuperação do meio ambiente.' A fundação ocupa um casarão de dois andares na Rua Golf Clube, em São Conrado, um dos locais mais sofisticados da Zona Sul do Rio, e exibe em seu conselho curador representantes de 24 pesos-pesados da indústria nacional, entre os quais a Aracruz Celulose, Vale do Rio Doce, Companhia Jari, Belgo-Mineira e Andrade Gutierrez.

Excluídas do programa de zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal, as entidades ligadas ao Fórum Brasileiro de Ongs e Movimento Social para o Meio Ambiente e Desenvolvimento declararam guerra ao convênio da SAE. 'Estamos vendo com maus olhos a participação da FNDS no programa', alerta a antropóloga Iara Pietricovsky, da coordenação nacional do fórum. Segundo ela, a SAE usou uma justificativa 'meramente burocrática' para contratar a FNDS, considerada uma estranha para o movimento ambientalista brasileiro. 'Temos problemas com essa fundação desde a Rio-92', lembrou-se.

O zoneamento da Amazônia Legal (área de 5,6 mil quilômetros quadrados que compreende 12 Estados) é a primeira fase do programa destinado a mapear todo o território nacional. Trento Natal Filho, do IBGE, disse que a coleta de dados mobilizou uma equipe de 30 técnicos, que cruzaram as informações com o acervo do instituto sobre a Amazônia Legal, montado desde o Projeto Radam. Segundo ele, o levantamento reuniu dados técnicos (solo, vegetação, geologia, recursos hídricos, clima, fauna e flora) e sócio-econômicos (população, exploração do garimpo, saneamento básico etc) da região.